



UNASUL: INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL? INSTITUIÇÃO DE REGIONALISMO PÓS-LIBERAL OU CONTRA-HEGEMÔNICO? CONCERTACIÓN OU COORDENAÇÃO DE INTERESSES COMUNS? (OS DEBATES CONCEITUAIS SOBRE UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO)

UNASUR: Regional Integration Initiative, Post-Liberal or Counter-Hegemonic Regionalism Institution, Concertación or Coordination of Common Interests? (Conceptual Discussions about a Process under Construction)

Milton Carlos Bragatti¹
Nilson Araújo Souza²

Introdução

A UNASUL - União das Nações Sul-Americanas – fundada em 2008, é um processo inédito de regionalismo, ao reunir todos – e apenas – os países sul-americanos. Esta instituição tem desenvolvido ações em diversas áreas, entre elas projetos de infra-estrutura, planejamento e energia; cooperação em saúde, defesa, educação; além de desenvolvimento social e eleitoral. No entanto, há muitos desafios para o fortalecimento da UNASUL e desenvolvimento de um maior processo de cooperação na região: por um lado, conciliar múltiplas oportunidades para a integração regional e global de cada país e, por outro, a necessidade de fornecer quadros institucionais com credibilidade suficiente para que a instituição se mostre eficaz. Revela-se complexo o processo de desenvolvimento de uma identidade e interesses comuns, em um contexto em que diferentes pontos de vista persistem.

O objetivo deste artigo é fazer uma breve revisão do debate conceitual em torno da UNASUL como uma instância de regionalismo e propor uma discussão sumária, abordando algumas questões levantadas por autores significativos. Para o escopo deste breve ensaio, são apresentados alguns dos principais aspectos que permeiam o debate conceitual sobre o modelo sul-americano de integração representado pela

¹ Milton Carlos Bragatti é bolsista Capes no Mestrado em Integração Contemporânea na Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Mestre em Communication Arts pelo New York Institute of Technology (NYIT). (miltonbragatti@yahoo.com).

² Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. (nilson.souza@unila.edu.br).

instituição. A discussão sobre o peso político da UNASUL como uma referência em um regionalismo diferente é o que organiza a discussão e, portanto, é o eixo deste debate.

As hipóteses que permeiam este ensaio bibliográfico – em consonância com os principais autores e debates conceituais sobre a UNASUL – são as seguintes: 1 – o regionalismo sul-americano representado por esta instituição tem uma especificidade central: o intergovernamentalismo; 2) a UNASUL é um tipo de regionalismo que difere de experiências anteriores, na medida em que, para além dos modelos anteriores de regionalismo aberto, pós-liberal, neodesenvolvimentista e/ou estratégico (mesmo contendo dimensões e instâncias presentes nestes modelos) envolve outros aspectos (multidimensionalidade); 3) neste sentido, e como hipótese central deste artigo, a centralidade da política, mais do que o aspecto econômico-comercial explica/reforça o “minimalismo” institucional da instituição, o que se constitui um fator positivo da UNASUL (LIMA, 2013; SANAHUJA, 2014; BERNAL-MEZA, 2013; SERBIN, 2010; DABÉNE, 2011).

Integração ou Regionalismo? E que tipo de regionalismo?

Um dos maiores obstáculos enfrentados pelos pesquisadores de regionalismo e integração regional é de natureza conceitual: existe uma vasta gama de definições de região, de integração regional, regionalismo, regionalização e conceitos relacionados ao tema na literatura acadêmica, ressaltam Lombaerde, Söderbaum, Van Langenhove e Baert (2010). Os autores apontam que regiões são construídas e reconstruídas através do discurso e de práticas sociais. O conceito de “região” é motivo de debate nas teorias de Relações Internacionais e, sendo polissêmico, pode-se dizer, segundo os autores, que em princípio todas as áreas geográficas do mundo (com o seu sistema social) que não são um Estado podem ser consideradas região: “Assim, as regiões podem ser definidas como o que não são: eles não são Estados soberanos” (LOMBAERDE, SÖDERBAUM, VAN LANGENHOVE & BAERT, 2010, p. 736 – *tradução dos autores*).

No entanto, mesmo desenvolvendo vários processos de integração regional e regionalismo, um aspecto central destas iniciativas na América do Sul é a ausência da supranacionalidade. Neste sentido, o debate sobre região e regionalismo na América do Sul mostra-se complexo. Por ser um processo inédito e bastante inovador de aproximação entre todos os países da América do Sul – que pela primeira vez exclui não apenas os Estados Unidos, mas também o México e os países latinos do Caribe –, uma problemática constante em grande parte da bibliografia sobre a UNASUL é o debate sobre o que é esta instituição, na busca por conceituações e qual sua abrangência e eficácia.

Detlef Nolte (2013) questiona se há necessidade de outros conceitos além de “integração regional” para analisar o regionalismo latino-americano (em especial o da América do Sul), em evolução. Segundo o autor, tal conceito deve capturar a possibilidade de manutenção de soberania nacional, sem a necessidade de construção de instituições supranacionais; contemplar também (mas não exclusivamente) a formação de espaços supranacionais de cooperação; o aspecto de “actorness” da região em relação a atores extra-regionais; a prestação pública regional de bens; e, especialmente, como esse processo se constrói numa “arquitetura de governança regional”, com a integração de diferentes organizações da região e articulação entre projectos regionais concorrentes (NOLTE, 2013).

A criação de uma área sul-americana como entidade geopolítica distinta do resto do continente levou ao desenvolvimento progressivo de uma rede regional de organizações, fóruns e vários foros multilaterais, segundo Andrés Serbin, que ressalta que o perfil ainda não está claramente definido, mas que define diretrizes gerais de um processo de regionalismo com características próprias:

Alguns deles referem-se à reafirmação da soberania nacional como princípio constitutivo do legado jurídico latino-americano, a relutância das nações sul-americanas para a transferência do mesmo para o bem de algum sistema jurídico supranacional e sua reafirmação como princípio inalienável do estado vestfaliano que emergiu na região com as lutas de independência do século XIX, junto com um desafio implícito ao sistema norte-americano. (SERBIN, 2010, p.31 – tradução dos autores)

A UNASUL, assim como todos os outros processos de regionalismo na América Latina, segue um modelo intergovernamentalista de associação, no qual os Estados soberanos são os principais atores na formulação e implementação desses mesmos processos. Diferente do modelo de integração da União Europeia, por exemplo, onde há um direcionamento a instituições e organizações de caráter supranacional, na UNASUL os Estados procuram manter, acima da visão regional, o interesse nacional e a preservação da soberania nacional.

Genealogia do regionalismo da América do Sul

A evolução do regionalismo contemporâneo da América do Sul pode ser estudada a partir de dois fatores principais, segundo Sanahuja: primeiro, abordando o esgotamento do ciclo de "regionalismo aberto" que estruturou os processos de integração e estratégias internacionais no período 1990-2005; e da emergência, em resposta ao anterior, de novas fórmulas de regionalismo "pós-liberal", que respondem a ambas as mudanças políticas vividas pela região, como processos mais amplos de mudança de poder. Ainda de acordo com Sanahuja, na década de 1990, a América Latina tinha definido um "mapa" da integração que permaneceu inalterado por mais de quinze anos, ressalta Sanahuja. As estratégias de regionalismo aberto foram adotadas pela maioria dos países, como a SICA - Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) -, a CAN - Comunidade Andina de Nações e o Mercosul, "caracterizados pela baixa proteção externa, estabelecendo uniões aduaneiras para melhorar a competitividade internacional" (SANAHUJA, 2014, p.77). O autor propõe que estes esquemas procuraram responder às reformas liberais do 'Consenso de Washington', numa estratégia de liberalização regional que, com o tempo, deveria promover a formação de vantagens competitivas dessas regiões e proporcionar uma integração internacional da região mais bem-sucedida no mundo pós-Guerra Fria. No entanto, estes acordos regionais também incorporaram alguns elementos do "novo regionalismo" e conseguiram lograr, para além dos interesses econômicos, uma experiência de cooperação política na região de forma independente e fora da Organização dos Estados Americanos (OEA), em decorrência de processos como a democratização no Cone Sul, e os processos de paz e de democratização dos países centro-americanos, na análise de Sanahuja (SANAHUJA, 2014).

Em meados dos anos 2000, os regimes baseados no "regionalismo aberto" mostravam sinais de exaustão, com crises econômicas que levaram os países latino-americanos a situações dramáticas. Segundo Sanahuja, o comércio intra-regional da CAN e do MERCOSUL teve retrocessos em termos relativos, como

proporção do comércio total, embora não em números absolutos. Somado a esse processo, na visão de Sanahuja, formou-se um "regionalismo light", caracterizado por intergovernamentalismo. Maria Regina Soares de Lima ressalta que o realinhamento político em vários países sul-americanos nos anos 2000 e os processos de regionalização em curso tornaram a região mais heterogênea (LIMA, 2013).

Várias mudanças que ocorreram nas relações econômicas externas da região são apontadas para compreender a mudança de paradigmas nos processos de regionalismo da América do Sul, na análise de Sanahuja, que destaca as diferenças significativas entre os países, e também a expansão da China como importante ator econômico na região. O "retorno da política" ou "re-politização" é um processo relacionado com a subida ao poder de vários governos de esquerda, de viés nacionalista/neodesenvolvimentista, com tentativas de exercer uma maior liderança na região por alguns países, como Venezuela e Brasil. A busca pelo desenvolvimento, com ênfase na participação do Estado na formulação e execução dessa política, e a preocupação com outros temas, não exclusivamente econômicos, são objetivos do chamado "regionalismo pós-liberal". A questão de uma maior autonomia com relação à ação de atores extra-regionais é vista como prioridade no sentido de proporcionar maior poder de barganha internacional e também para ações internas para alavancar o desenvolvimento nacional (SANAHUJA, 2014; LIMA, 2013).

No âmbito da UNASUL, observam-se traços característicos do regionalismo pós-liberal, como o desenvolvimento de políticas setoriais em nível regional em vários campos. A questão da energia e recursos naturais, por exemplo, tornou-se um tema central na agenda da Unasul em um contexto internacional de crescente preocupação com a segurança energética. Em infra-estrutura, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) avança, agora sob a coordenação da COSIPLAN, embora a um ritmo lento e cercada de polêmica, na visão de Sanahuja e de outros autores: os projetos prioritários podem ajudar a articulação entre os mercados regionais ou ser funcional apenas para processar uma "reprimarização" da economia, observada em toda a América do Sul, impulsionada pelo aumento da demanda na Ásia e o boom nos preços das commodities (SERBIN, 2010; SANAHUJA, 2012).

A UNASUL transcende os parâmetros de acordos internacionais de comércio tradicionais, com novos arranjos em torno de cooperação e de complementaridade. Segundo Maribel Aponte Garcia,

(...) o novo regionalismo estratégico na América Latina e no Caribe é caracterizado por três componentes. Em primeiro lugar, uma ênfase em elementos estratégicos do velho regionalismo, especialmente a criação de empresas estratégicas, produtos e indústrias, e parcerias comerciais e industriais relacionados com o papel do Estado como um ator estratégico. Em segundo lugar, o conceito de multi-dimensionalidade além da esfera econômica e elementos comuns emergentes que caracterizam especialmente o modelo sócio-econômico da ALBA-TCP. Em terceiro, as políticas econômicas articuladas em torno do conceito de soberania e do estabelecimento de uma ação regional em torno dessas políticas. (GARCIA, 2014, p.20 – tradução dos autores)

Neste sentido, o desenvolvimento dos projetos da COSIPLAN se enquadra no conceito de "regionalismo estratégico", conforme Maribel Aponte Garcia (2014). A autora ressalta que esse processo incorpora elementos do regionalismo neodesenvolvimentista, conforme definiram Hettne e Söderbaum (2006): o regionalismo orientado para o desenvolvimento, ou regionalismo neo-desenvolvimentista, é aquele que transcende a análise e os benefícios do comércio internacional. Para esses autores,

(...) o desenvolvimento é multidimensional, dependendo de impactos positivos secundários e ligações entre diferentes setores, que por sua vez exigem abordagens regionais mais abrangentes, através dos quais a negociação da integração está ligada a outras formas de integração econômica e outros fatores (de investimento, pagamentos, integração monetária, harmonização) e várias formas de cooperação econômica em setores específicos (transportes, comunicações)... Os resultados são multidimensionalidade em uma variedade de acordos regionais pelo Estado e por entidades e mecanismos de governança; e envolve uma rica variedade de atores estatais e não-estatais, que são muitas vezes reunidos em redes informais e coligações multisetoriais que operam em diferentes níveis. (HETTNE E SÖDERBAUM, 2006, p. 183 – tradução dos autores)

A política como elemento central da UNASUL

Um dos aspectos considerados como uma deficiência na conformação atual da UNASUL é a baixa institucionalização de seus processos. No entanto, talvez esse “minimalismo” seja uma das explicações para o relativo sucesso da instituição em algumas frentes. Afinal, são vários os interesses e visões muito diferentes e díspares sobre os modelos de regionalismo e integração das nações que formam a organização, que se concentram especialmente nos aspectos econômicos desses modelos. Mas que, dentro da UNASUL, conseguem elaborar e executar projetos comuns.

Os processos de integração latino-americanos encontram-se fragmentados, no nível sub-regional, em especial na América do Sul, em três eixos, na análise de Briceño: um eixo de integração aberta, representado pela Aliança do Pacífico e TLC; um eixo revisionista, no MERCOSUL; e um eixo anti-sistêmico, representado pela ALBA. Estes três eixos de modelos de integração adotaram esquemas muito diferentes de integração econômica: o MERCOSUL, desde meados dos anos 2000 ampliou sua agenda, mas manteve um modelo de regionalismo pautado pelo comércio e indústria intra-bloco; a ALBA procura um modelo de integração não baseada no comércio e ganho comercial, mas em solidariedade a complementação e cooperação, segundo Briceño. Já a Aliança do Pacífico se pauta pelo regionalismo aberto, favorecendo iniciativas da agenda tipo norte-sul (BRICEÑO, 2013).

Ao analisar as tensões entre os diferentes, e por vezes antagônicos, modelos de integração e regionalismo no continente sul-americano, Frenkel e Comini argumentam que a UNASUL estaria em transição. Na análise dos autores, há dois “movimentos” contraditórios de inserção internacional dentro da organização. Desde a formação da UNASUL existe, segundo eles, um embate entre padrões diferenciais de relações entre os países-membros e o resto do mundo, com duas alternativas diferentes: um, poligâmico; e outro, concêntrico. O modelo de integração internacional poligâmico é baseado em uma estratégia de integração que prioriza o mercado internacional e envolve negociações simultâneas com atores regionais, hemisféricas, e globais. Por outro lado, o modelo concêntrico é baseado em uma estratégia que prioriza os mercados regionais. Segundo os autores, os países que assumem essa última lógica de integração internacional têm reduzido poder de negociação com atores extra-regionais e menos alternativas para impor as suas margens de manobra (FRENKEL & COMINI, 2014).

Uma das explicações para a baixa institucionalização da UNASUL (“baixa intensidade”, nas palavras dos autores), na argumentação de Frenkel e Comini, é que

(...) desde as origens do bloco, viveram na região dois modelos de inserção internacional em constante atrito: um concêntrico - impulsionado pelos governos de países como Argentina, Brasil e Equador; e outro poligâmico, representado pelos processos empreendidos por Chile, Colômbia e Peru. A preeminência do primeiro destes modelos durante os primeiros anos de vida da Unasul foi fundamental para motivar a sua criação e desenvolvimento. No entanto, desde 2011, tem havido uma reconfiguração de forças na região, que tem impactado o processo de integração sul-americana. (FRENKEL & COMINI, 2014, p.58 – tradução dos autores)

Cada um desses modelos é representado por um grupo de países: o padrão concêntrico tem como expoentes a Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela; no caso do modelo poligâmico, Chile, Colômbia e Peru; já o Uruguai representaria um caso intermediário, embora mais perto do primeiro grupo, como a Guiana e Suriname.

Frenkel e Comini argumentam que esse amplo consenso institucional no impulso inicial da criação da UNASUL, com ênfase no modelo concêntrico, durou de 2008 a 2011. Depois, esta lógica de fragmentação dos países poligâmicos começou a inverter-se para a articulação de um regionalismo alternativo, enquanto no padrão concêntrico a coesão começou a encontrar suas fissuras e esse novo ciclo foi caracterizado pela reativação da tensão entre os dois modelos de inserção internacional e uma iniciou uma desaceleração na UNASUL.

“Minimalismo” institucional: trunfo da UNASUL?

O aspecto de concertação e cooperação política é um componente central da conformação da UNASUL. Esse novo processo de regionalismo, como já vimos, é marcado pelo "retorno da política" ou “re-politização” (Olivier Dabène, 2011). Na institucionalização da UNASUL, procurou-se priorizar a busca de decisões consensuais. Frenkel e Comini argumentam que

(...) a lógica de mínimos denominadores comuns esteve presente na flexibilidade e progressividade com que se procurou implementar o processo de integração, para garantir que cada Estado agisse de acordo com os seus próprios compromissos e realidades. A natureza gradual das metas a alcançar, a partir de acordos básicos, definindo objetivos razoáveis nas iniciativas de curto prazo que são então concatenados em metas de médio e longo prazo. (FRENKEL & COMINI, 2014, 62 – tradução dos autores)

A UNASUL se tornou um “espaço político” em que convergem os países sul-americanos da ALBA, os membros da Orla do Pacífico e do MERCOSUL (a CAN e a Aliança do Pacífico são distribuídos entre os dois primeiros), segundo a argumentação de Bernal-Meza. Este autor propõe que a Unasul tem ou desenvolveu três características que a diferenciam de outros projetos e modelos de regionalismo na região, no passado e no presente: 1. pragmatismo ideológico e flexibilidade comercial (em que os Estados são aceitos com toda a gama de políticas tarifárias existentes: CAN, Mercosul, CARICOM e Chile); 2. a UNASUL também integra a agenda da Segurança e da Defesa; 3. tem demonstrado capacidade política significativa para resolver na própria região (intra-regional) as questões bilaterais entre países e também problemas internos ou política nacional que ameaçava tornar-se fatores político-institucionais de ordem alterada, como por exemplo na resolução de vários conflitos na região como a crise interna da Bolívia; o litígio fronteiro entre Equador e Colômbia com relação ao ataque contra as Farc em território equatoriano; esclarecimentos sobre o acordo

entre a Colômbia e os Estados Unidos para o uso de bases militares na Colômbia; o conflito político entre Colômbia e Venezuela; entre outros. Mas o autor ressalta como déficits da UNASUL a fraqueza institucional, a restritiva representação internacional atribuída à Secretaria-Geral e da presidência pro tempore, por exemplo (BERNAL-MEZA, 2013).

A “baixa institucionalização” da UNASUL, argumenta Detlef Nolte (2013), ao se adaptar a um “overlapping” de diferentes perspectivas e instituições “concorrentes” na complexa arquitetura regional sul-americana, pode também ser um dos aspectos responsáveis pelos vários sucessos e proporcionar uma possibilidade de maior desenvolvimento da cooperação na região (NOLTE, 2013).

Bernal-Meza acredita ser difícil a UNASUL poder surgir internacionalmente como uma só voz, especialmente porque muitas questões estão relacionadas com o papel dos EUA na região, e posições e atitudes críticas ou de oposição de parceiros na UNASUL podem ser combatidas por Washington como se observa no caso de bases militares na Colômbia (BERNAL-MEZA, 2013,p.13).

Conclusão

A criação e conformação da UNASUL reflete as mudanças no mapeamento político da região, inicialmente com a ascensão dos governos “progressistas”, e mais recentemente com uma redifinição dos modelos de inserção internacional de vários países da região. Por ser um processo em construção e pelo ineditismo de sua conformação institucional, revela-se complexa a conceituação e definição de que tipo de processo é a UNASUL, assim como seus problemas e perspectivas.

Entre os diversos países membros da UNASUL, existem tensões com relação às diferentes concepções de inserção internacional, representadas por arranjos que priorizam relações intraregionais ou, ao contrário, perspectivas mais globalistas, do tipo norte-sul. Essas tensões podem ser responsáveis pela – e podem explicar a – baixa institucionalização da UNASUL, que permanece numa perspectiva “minimalista”, de busca de temas e projetos com mínimos denominadores comuns; no entanto, conforme verificamos, esta mesma busca pelo consenso, uma agenda mínima dentro do amplo espectro de temáticas da UNASUL e a “baixa institucionalização”, ao se adaptar a um “overlapping” de diferentes perspectivas e instituições “concorrentes” na complexa arquitetura regional sul-americana, pode também ser um dos aspectos responsáveis pelos vários sucessos e proporcionar uma possibilidade de maior desenvolvimento, ao longo do tempo, do processo de cooperação e integração regional que vem sendo estabelecido pela UNASUL.

REFERÊNCIAS

- APONTE GARCIA, Maribel. El nuevo regionalismo estratégico : los primeros diez años del ALBA-TCP - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : **CLACSO**, 2014.
- BERNAL-MEZA, Raúl. El escenario sudamericano frente a la globalización: regionalismos, Estado y política exterior. En: Raúl Bernal Meza y Silvia Alvarez (eds.): Asuntos de América Latina. **Universidad de Santiago de Chile**, Santiago, 2013.

- BERNAL-MEZA, Raúl. Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. Ibero Online, 2013. **Ibero-Amerikanisches Institut Preußischer Kulturbesitz**. Disponível em: http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Ibero-Online/Ibero_Online_12.pdf. Acesso em 12 set. 2015.
- BRICEÑO, Jose: Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina, Estudios Internacionales 175, **Universidad de Chile**, 2013.
- FRENKEL, Alejandro y COMINI, Nicolás: Unasur de baja intensidad. Modelos en pugna y desaceleración del proceso de integración en América del Sur. **Nueva Sociedad No 250**, marzo-abril de 2014.
- HETTNE, Björn; ANDRÁS, Inotai y SUNKEL, Osvaldo (eds.) National Perspectives on the New Regionalism in the South, 2000, Nueva York: **St. Martin's Press**, Vol. 3.
- HETTNE, Björn y SÖDERBAUM, Fredrik: Regional Cooperation: a tool for addressing regional and global Challenges, em Meeting Global Challenges: International Cooperation in the National Interest. 2006 **Cross-cutting Issues** (Stockholm: secretariat of the international task Force on global Public goods)
- KRUGMAN, Paul (ed.): Strategic Trade Policy and the New International Economics, 1987, (**Cambridge: the MIT Press**).
- KRUGMAN, Paul: Rethinking International Trade, 1994, (**Cambridge: the MIT Press**).
- LIMA, Maria Regina Soares de: Relações Interamericanas: A Nova Agenda Sul-Americana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, 90: 167-201, 2013.
- LOMBAERDE, Philippe; SÖDERBAUM, Fredrik; Van Langenhove, Luk and BAERT, Francis: The problem of comparison in comparative, in Review of International Studies (2010), 36, p. 731-753, **British International Studies Association**.
- NOLTE, Detlef (2013). Latin America's New Regional Architecture: Segmented Regionalism or Cooperative Regional Governance? In: ____ XXXI **International Congress of the Latin American Studies Association (LASA)**, Washington D.C.
- SANAHUJA, José Antonio. Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: Alcance y perspectivas de UNASUR y CELAC. Pensamiento propio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante 39. Año 19. Edición especial. Buenos Aires. **CRIES-Universidad de Guadalajara-Universidad Iberoamericana**. Enero-junio 2014
- SERBIN, Andrés. Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos. **Nueva Sociedad**, agosto de 2010. Online in: <http://www.nuso.org/userView/notas/serbin.pdf>. Acesso em 12 jun. 2015

Recebido em 15 de novembro de 2015.

Aprovado em 24 de janeiro de 2016.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma breve discussão sobre a recente bibliografia sobre conceitos teóricos que procuram definir a configuração da UNASUL, seu processo de institucionalização e desenvolvimento, e as complexidades e desafios que se apresentam, dentro do panorama de regionalismo e integração na América do Sul.

Palavras-chave: UNASUL, regionalismo, integração

ABSTRACT

The aim of this article is to make a brief discussion of recent literature on theoretical concepts that attempt to define the configuration of UNASUR, its process of institutionalization and development, and the complexities and challenges faced within the regionalism and integration panorama in South America.

Keywords: UNASUR, regionalism, integration